

NOTAS E DEFINIÇÕES SOBRE ESPORTE, LAZER E NATUREZA *

Recebido em: 31/07/2007

Aceito em: 28/08/2007

Cleber Augusto Gonçalves Dias
Grupo de pesquisa Anima – UFRJ
Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO: O objetivo deste trabalho é abordar questões conceituais do lazer esportivo na natureza. Para isso, tentei, em primeiro lugar, justificar a pertinência desse tipo de discussão para as formulações teóricas e para investigações científicas que tenham essas atividades como objeto de análise. Em segundo lugar, apresentei alguns termos que tem sido empregado pelos pesquisadores e pelos esportistas a fim de sublinhar a multiplicidade de categorias que tem sido utilizadas e os sentidos gerais acionados por cada uma delas, bem como assinalar as possíveis dificuldades geradas por esse quadro. Por fim, a idéia geral é que esses procedimentos possam consubstanciar alguma formulação conceitual, que nesse caso, assume a de esportes na natureza como proposição.

PALAVRAS-CHAVE: Conceito. Lazer. Esportes na Natureza.

NOTES AND DEFINITIONS ON SPORT, LEISURE AND NATURE

ABSTRACT: The objective of this work is to approach conceptual questions of the leisure of the sport in the nature. For this, I tried, in first place, to justify the relevancy of this type of quarrel for the theoretical formularizations and scientific inquiries that have these activities as analysis object. In according to place, I presented some terms that have been used for the researchers and for the athletes to underline the multiplicity of categories that have been used and the general directions set in motion by each one of them, as well as designating the possible difficulties generated for this context. Finally, the general idea is that these procedures can to offer subsidies some conceptual formularization, that in this in case that, assumes of sports in the nature as proposal.

KEYWORDS: Concept. Leisure. Sports in the nature.

Introdução

Existe certa tendência em reconhecer um sensível aumento na popularidade de alguns hábitos de lazer realizados em contato com a natureza. Não por acaso, desde o ano 2000, tem-se aumentando consideravelmente o número de trabalhos acadêmicos que versem sobre esta temática, sobretudo dissertações e teses.

Um dos principais veículos de realização dessas crescentes aspirações de lazer na natureza é o esporte, que ao lado do turismo, se apresenta como prática privilegiada para pensarmos esse fenômeno social de “retorno à natureza”. No entanto, no momento de realizarem-se pesquisas a respeito dessas práticas, alguns problemas têm se apresentado com certa constância. É esse o caso das questões de ordem conceituais. O hábito de lazer esportivo na natureza tem sido categorizado com uma infinidade de termos distintos entre si, cada qual com um conjunto de pressupostos teóricos subjacentes, e que, geralmente, não tem sido alvos de atenção.

A ausência de preocupações dessa ordem permite que sob a idéia de lazer esportivo na natureza proliferem muitos conceitos. Cada um deles descreve um campo muito amplo e variado de expressão deste fenômeno cultural. No caso do esporte, particularmente, que é o que nos interessa aqui, encontraríamos um sem número de termos para descrever modalidades que vão do montanhismo ao wakeboard, passando pelo rafting, vôo livre ou o mountain bike.

A multiplicidade de modalidades coloca dois problemas complementares: o primeiro, da adequação em tratá-las sob um mesmo conceito e o segundo, em determinar quais práticas poderiam ser estudadas a partir de uma mesma perspectiva conceitual. Seria correto

empregar um mesmo termo para descrever tantos esportes? E qual expressão seria então o mais recomendado para conceituá-las? Por outro lado, seria correto empregar um mesmo termo para descrever modalidades que guardam diferenças significativas entre si? E seria mesmo tão grande a diferença entre cada uma dessas modalidades a ponto de não ser adequado uma conceituação comum? Essas são questões que permeiam todo o trabalho que ora se apresenta.

Divergindo de algumas posições que tem sido adotada no estudo dessas práticas, para quem a definição de um conceito não parece algo de muita relevância, pretendo neste artigo tentar assinalar a importância de discutirmos mais abertamente as precisões ou imprecisões conceituais de certos termos que vêm sendo empregados para classificá-los. Nesse caso, vale assinalar que a discussão estará centrada, especificamente, no âmbito esportivo. De forma deliberada estarei negligenciando as suas interfaces com o campo do turismo.

No caso em questão, dos esportes praticados em ambientes naturais, pretendo tomar os termos, nomes e categorias conceituais empregados por dois grupos sociais diretamente envolvidos com essas atividades a fim de acessar alguns dos seus significados. Nomeadamente, falo dos conceitos utilizados por dois grupos de especialistas: os esportistas por um lado, e os cientistas sociais por outro. Cada um desses grupos, na intenção de nomear um mesmo conjunto de experiências, pode associar-se a certos conceitos que não necessariamente coincidam entre si. Diante dessas divergências cabe-nos perguntar: quais

categorias são mais apropriadas para o seu estudo e quais as razões que explicam essa tomada de posição divergentes?

Pequeno esboço de um quadro teórico

Importa começar dizendo que “a ciência social lida com realidades nomeadas e classificadas, portadoras de nomes próprios e de nomes comuns, de títulos, signos, siglas”. Sendo assim, “a ciência social deve tomar como objeto às operações sociais de nomeação e os ritos de instituição através dos quais eles se realizam [...] a ciência social precisa examinar a parte que cabe às palavras na construção das coisas sociais” (BOURDIEU, 1996, p. 81).

Essas palavras de Pierre Bourdieu sintetizam o entendimento de que a linguagem não apenas expressa pensamentos e sentimentos de um certo contexto social, como também estrutura as percepções que os indivíduos têm sobre este. Nas palavras do autor: “a nomeação contribui para constituir a estrutura desse mundo”.

Na medida em que as palavras e os discursos sejam compreendidos como ferramentas mais ou menos eficazes na constituição da realidade, o poder de nomear coisas torna-se o poder de impor uma certa visão de mundo, isto é, o poder de estruturar uma certa maneira de apreender a realidade. A partir de então, já não parece mais conveniente operar uma distinção rígida entre a realidade física e a realidade abstrata, imaginativa ou conceitual. Essas são duas esferas da vida, que em conjunto e de maneira absolutamente inseparável, constituem-na tal como ela é. Ou seja, idéias vinculadas pelas palavras vão se realizando no domínio dos fatos (CHARTIER, 1990). No dizer de Sandra Pesavento (2002, p.8): “a

representação do mundo é, ela também, parte constituinte da realidade, podendo assumir uma força maior para a existência que o real concreto. A representação guia o mundo, através do efeito mágico da palavra e da imagem, que dão significado à realidade e pautam valores e condutas”.

Palavras permitem apreender e expressar um mundo de experiências muito particular. Nesse sentido, as formas pelas quais elas são empregadas devem ser seriamente consideradas. As categorias de inteligibilidade utilizadas por certos atores são instrumentos de decodificação de um sistema de valores e, por isso mesmo, têm grande relevância na tradução e interpretação dos sentidos e significados presentes nessas práticas. Tais palavras (conceitos) constituem modelos cognitivos e programas de percepção. Aqui, interessa saber, no caso dos esportes praticados em ambientes naturais, quais os conceitos vêm sendo utilizados por dois grupos de atores (pesquisadores e praticantes) para nomear essas atividades? Avançando: interessa saber que convicções esses conceitos são capazes de dramatizar e à quais representações esses vocábulos são conclamados a integrar?

Ainda de acordo com as proposições sumariadas acima, é possível dizer que os procedimentos de classificação e ordenação lingüística expressam uma certa estrutura de poder. Ao mesmo tempo, esses procedimentos de classificação não cumprem essa função por eles mesmos. O poder da palavra não está localizado na própria palavra. Esse exercício de poder através da classificação e nomeação dos objetos da realidade social depende de uma complexa cadeia de interdependência, onde a força das palavras depende da força, do poder e da legitimidade daqueles que as anunciam. Assim, o poder da palavra, enquanto

instrumento de estruturação das percepções, depende da posição social dos seus enunciadorees. Ela está, portanto, subordinada a uma confluência de condições sociais, onde é preciso que todos vejam no locutor-enunciador das palavras uma pessoa autorizada a dizê-las. Em suma, há uma forte relação entre a propriedade do discurso em si e as propriedades de autoridade daqueles que os anunciam. A partir desse entendimento, poderemos entrever disputas e cisões que o uso diversificado de conceitos encerram em qualquer atividade humana, onde o campo esportivo das atividades na natureza, evidentemente, não se exclui.

Categorias acadêmicas: os conceitos dos pesquisadores

A eleição de um único conceito suficientemente abrangente para descrever uma série de distintas modalidades realizadas em contato com a natureza e com um certo sentido de aventura, não é capaz de gerar consensos entre os pesquisadores que se dedicam ao seu estudo. Sob este aspecto nota-se a adoção de uma infinidade de termos, onde seria correto falarmos de uma “confusão conceitual”.

Em uma rápida revisão bibliográfica pode-se encontrar uma certa “nebulosa conceitual”. Os termos utilizados para designar e caracterizar essas práticas são difusos, imprecisos e pouco consensuais. A dificuldade de se elaborar um conceito que possa definir e caracterizar com alguma precisão essas práticas acaba criando uma dificuldade adicional para suas investigações. Na tentativa de suprir essas demandas, muitos termos têm sido utilizados de maneira ainda mais dispersa e ainda menos consensual, não nos cabendo aqui listá-los. O fato é que são muitos conceitos empregados para designar um mesmo objeto de estudo. O que mais confunde do que esclarece (DIAS; ALVES JUNIOR, 2006a, p. 141).

Por exemplo, Kiko Guzman e León Boyero (2001), referindo-se ao que eles chamam de “novas tendências esportivas”, propõem a expressão “esportes de deslize” (deportes de sliz). Nesse caso, sua definição seria:

[...] práctica motriz en la que el deportista se desplaza, de manera directamente controlada, gracias a fuerzas propulsivas naturales o ‘arrastrado’ por medios ajenos a él, sintiendo emociones y sensaciones hedonistas, fundamentalmente individuales [...]. Son fundamentalmente prácticas individualizadas y con un fuerte carácter individualista, por esa razón, confieren un alto grado de autonomía al deportista que las practica, limitada por el conocimiento técnico y las condiciones meteorológicas del momento [...]. La inestabilidad, el choque del aire en la cara, el sonido de este en los oídos es algo conocido por todos y considerado como atractivo, como atrayente.

A sensação individual de prazer gratificante proveniente do deslize e a presença de materiais muito específicos são destacadas, nesse exemplo, como marcos característicos dessas atividades.

O fato da prática da maioria desses esportes estar condicionada a utilização de um sem-número de materiais tecnologicamente avançados faz com que outros autores dêem especial atenção a esse traço. É esse o caso de Christian Pociello (1999) que na sua análise sociológica dos fenômenos esportivos “mais recentes” dá certa ênfase a esses elementos. O autor chega a falar de “máquinas lúdicas”, numa alusão a equipamentos esportivos, tais como a vela do windesurfê ou mesmo a prancha de surfê, que nunca tiveram finalidades utilitárias, ou seja, são máquinas que nunca foram usadas ou sequer idealizadas para além do âmbito especificamente esportivo. Trata-se de um conjunto de equipamentos que demandam uma tecnologia avançada e que foram concebidos e produzidos – na maioria das vezes – pelos próprios praticantes e com uma única finalidade: o prazer da prática esportiva. Não é

por acaso que já se insinuou que o termo “esporte tecnológico” pudesse ser adotado para conceituar tais práticas.

Num sentido mais ou menos próximo a esses, Flávio Lauro e Marcello Danucalov (2005) têm se servido do termo “esporte de prancha” (boardsports), onde o equipamento utilizado é apontado como o principal traço definidor.

Concentrando-se em outros aspectos, como o local preferencial para a realização das atividades, encontra-se menção ao termo “esportes ao ar livre” (outdoor sports). Esta noção está muito atrelada ao desenvolvimento das indústrias de fabricação de equipamentos esportivos, sobretudo no seu segmento de roupas e acessórios. A fabricação de equipamentos foi, e é ainda, um mercado bastante especializado, onde a inserção em mais de um segmento é pouco comum. Fabricantes de pranchas de surfe têm dificuldade de expandir seus ramos de negócios na direção, por exemplo, do mercado de fabricação de equipamentos de escalada. Por outro lado, as roupas e acessórios utilizados por um esquiador podem perfeitamente ser aproveitada por um montanhista e vice-versa. Percebendo essas possibilidades comerciais cria-se, a partir do final dos anos 60, a compreensão de um mercado de materiais e vestimentas “outdoor”, o que em larga medida impulsiona e dá origem a idéia de esportes ao ar livre. Além disso, é inegável que tanto fabricantes de equipamentos e acessórios, quanto os próprios praticantes de várias modalidades, como montanhismo, canoagem ou surfe, perceberam que entre eles havia alguma familiaridade nas predileções esportivas, cuja principal afinidade estava no desejo de estar em contato com a natureza, ao ar livre.

Ainda se focando na questão do lugar onde esses esportes se realizam, destaca-se a dimensão imprevisível e pouco demarcada, que produziria um certo caráter inovador e diferencial. Tais características autorizariam a falarmos de “esportes alternativos” (*c.f.* SYDNOR; RINEHART, 2003). Nesse caso, exalta-se a dimensão da liberdade de movimentos, onde a regulamentação é, supostamente, menos coercitiva e onde a pulsão lúdica prevalece sobre a dimensão competitiva.

Próximo a esses elementos, tem-se ainda a consideração das associações entre o esporte e os ideais contraculturais, bem como a promoção de uma filosofia hedonista. Destaca-se a origem desses simbolismos, fortemente marcados por um certo americanismo (ROSZAK, 1972), o que dá o tom para sua classificação como “esportes californianos”. Trata-se, conforme a sugestão de Christian Pociello (*op.cit*), de novas formas de práticas esportivas surgidas nos Estados Unidos (especificamente na Califórnia) que vão introduzir novas dinâmicas ao desenvolvimento do campo esportivo, especialmente quando visto à luz das suas origens européias.

Outra proposição conceitual é a dos “esportes na natureza”. Essa proposta concentra-se em descrever o esporte como uma prática que estabelece relações intersubjetivas com a natureza, a fim de extrair prazer dessa interação. E na medida em que a própria natureza é apontada como uma das suas motivações principais, seus simbolismos são permeados por uma espécie de mitologia do reencontro com a natureza selvagem. Pode-se perceber que estamos diante de uma indicação próxima daquela pretendida pelo conceito de “esportes de deslize” ou “esportes ao ar livre”. Aliás, um tanto próximo também

da conceituação que opera sob o termo “esportes de aventura”. De maneira análoga, essa última classificação entende cada uma das modalidades que a compõe como sendo dotadas de um forte sentido de risco e incerteza. Embora atualmente assumam uma forte conotação urbana, sendo desenvolvida muitas vezes em ambientes artificiais, boa parte dos seus simbolismos foram produzidos originalmente em interface com as práticas desenvolvidas em ambientes naturais. O skate talvez seja o exemplo mais emblemático desse processo, onde foram os surfistas quem alteraram radicalmente os usos que se atribuíam a esse equipamento, potencializando sua disseminação por atrelá-los a imagens mais adequadas a sua comercialização, tais como as de juventude, de rebeldia e de inconformismo, por exemplo. Daí, o entendimento de que os chamados “esportes de aventura”, pelas suas origens, estivessem, num primeiro momento, associados às práticas na natureza, onde seu significado também poderia ser contrastado com os esportes mais convencionais, ao passo que nessas modalidades busca-se e valoriza-se a imprevisibilidade, enquanto que “nos outros”, busca-se, pelo contrário, reduzir sistematicamente o risco através da domesticação do espaço.

Por fim, poderíamos ainda mencionar o uso acadêmico da idéia de “esporte radical” (radical spots) ou “esportes extremos” (extreme sports). De origem norte americana, as expressões têm relação com a organização de eventos esportivos tais como “X-Games”. A ênfase estaria nas “sensações extremas” proporcionadas por manobras acrobáticas.

Cada um dos conceitos mencionados, que não esgota a lista possível, procura, apesar das diferenças, expressar um significado semelhante. Reconhece-se, inclusive, uma certa proximidade significativa entre eles.

O termo “radical” nesses esportes vem sendo associado, tanto na literatura acadêmica como em senso comum, a outros como “de aventura”, “de natureza”, “de verão”, “outdoor”, “extremos” e “alternativos”. Parece haver uma tentativa de fugir do termo radical nessas atividades buscando uma conotação mais light para a sua prática, sob pena de perder um público não familiarizado ao risco, certamente presente em tais modalidades. Em nosso entendimento, todas as distintas atribuições ao termo “radical” verificada anteriormente em muito se aproximam e podem ser entendidas como sinônimos, já que, em tese, mostram-se praticamente idênticas. Se verificarmos na literatura estrangeira especializada, academicamente, tanto a palavra “radical” como os demais termos anteriormente mencionados aparecerão sem significativas distinções (UVINHA, 2005, p. 437).

No entanto, devemos destacar que diferenciações semânticas, apesar de aparente equivalência significativa, podem representar significativas distinções. “Conceitos costumam vir num pacote de pressupostos que precisam de análise minuciosa” (BURKE, 2002, p. 69). Nesse caso a multiplicidade conceitual não é, no campo científico, a mais apropriada das posições. Não há porquê acreditar que a variabilidade possível de significados e interpretações de um determinado “fato social” deva corresponder, necessariamente, a multiplicidade de termos para sua descrição. “O ecletismo é uma autofrustração, não porque haja somente uma direção a percorrer com proveito, mas porque há muitas: é necessário escolher” (GEERTZ, 1989, p. 4).

Nesse caso, a padronização não significa imposição de interpretações unívocas e homogêneas. Ao contrário, trata-se, tão somente, de tentar balizar o que as teorias sociais devem explicar. A esse respeito, Durkheim (2007, p.34) já havia escrito:

Toda investigação científica se relaciona com um grupo determinado de fenômenos abrangidos numa mesma definição. A primeira tarefa do sociológico é portanto definir

as coisas que está estudando, para que possa saber do que se trata, e para que ele o saiba também. Esta é a condição primordial e mais indispensável de qualquer prova ou verificação. Com efeito, uma teoria só pode ser controlada se reconhecidos os fatos que ela deve explicar.

Maria Helena Duarte Marques (1996, p. 20), por sua vez, comenta as implicações que a falta de rigor nas definições conceituais pode ter em estudos científicos.

Conceitos que não tem significado explanatório ou analítico suficiente não têm utilidade científica. Todo termo que admite interpretações múltiplas aleatórias equivale a noções tão variadas e tão amplas que seu emprego resulta praticamente inútil numa área de conhecimento. E, situação mais séria ainda, passa a desviar a atenção dos fatos de real pertinência científica para a discussão estéril de questões terminológicas.

Por tudo, o que estou tentando propugar, em linhas gerais, é que problemas conceituais e de definições dos esportes praticados em ambientes naturais devem ocupar papel de destaque nas discussões acadêmicas atuais que tem se estabelecido em torno do estudo dessas práticas. Nesse empreendimento de definições, mais do que analisar isoladamente cada uma das convicções teóricas subjacentes aos conceitos que foram rapidamente sumariados acima, o que, com efeito, seria produtivo, sugiro que as “categorias nativas” também sejam igualmente observadas. Em outras palavras, a fim de formular um conceito mais ou menos preciso a respeito de práticas tão variadas quanto o são esses esportes, é particularmente útil considerar o que os praticantes (os nativos desse caso) têm empregado, afinal, os sentidos que os pesquisadores buscam apreender serão produzidos por esses atores e por mais ninguém, onde seu vocabulário e seu linguajar são expressões desse sistema cultural que se quer compreender.

Categorias nativas: os conceitos dos esportistas

Para uma análise mais profunda de determinados fenômenos sociais é útil que se lance mão do uso de categorias oficiais, tanto quanto das categorias oficiosas, pois a ausência de equivalências entre conceitos acadêmicos e outros termos de senso comum usados na linguagem cotidiana pode obliterar a percepção de determinados aspectos da realidade. Ou seja, a ausência de alguns desses termos cotidianos, que a linguagem acadêmica não possui equivalentes para expressá-los, pode obliterar a percepção de importantes aspectos dessa mesma realidade social que os emprega. “Os antropólogos, em especial, ressaltam a necessidade de estudar os modos pelos quais as pessoas comuns vivenciam sua sociedade e as categorias ou modelos (no sentido amplo do termo) que as pessoas empregam para apreender o significado desse mundo de experiências” (BURKE, *op.cit.*, p. 68). Logo, a apreensão desses termos pode possibilitar acesso ampliado aos fenômenos por eles descritos, bem como algumas distinções mais perfeitas e, por consequência, análises mais rigorosas.

Um exemplo bastante ilustrativo dessas ausências e dos efeitos desencadeados pela incorporação de “categorias nativas” para o trabalho de interpretação cultural pode ser oferecido pelas palavras “totem” e “tabu”. De origem polinésia, essas palavras não possuem equivalentes nas línguas Ocidentais. Para penetrar nos significados sociais que ambas as palavras evocam foi necessário sua incorporação tal como se apresenta em seu contexto original, sem traduções. A palavra foi acessada pelos Ocidentais brancos no século XIX, depois que viajantes europeus entraram em contato com tais culturas. Alguns anos depois, Freud chegou a utilizar ambas as palavras como analogia para a explicação de

comportamentos de medo a determinadas práticas, como o incesto, o que acabou popularizando-as e dando-lhes certo uso corrente. O resultado é que para o mundo Ocidental, tabu passou a significar, num sentido mais ou menos próximo daquele descrito pelos polinésios, um assunto proibido ou inaceitável, bem como “totemismo” passou a significar relações com o mundo do sagrado.

De maneira análoga, cientistas sociais que trabalham com grupos urbanos também devem considerar as próprias categorias de inteligibilidade dos grupos com os quais pesquisam. É nesse sentido que a atribuição de importância aos conceitos empregados pelos próprios esportistas se justifica nesse caso em particular.

A eleição de uma classificação abrangente para várias modalidades esportivas desenvolvidas na natureza causa certas polêmicas entre as várias tribos que compõem esses esportes, a exemplo do que acontece entre pesquisadores. Ou seja, entre os praticantes de diversas modalidades, como surfê, montanhismo ou asa delta, parece não haver acordo a respeito da melhor classificação para suas práticas; se radical, de aventura, na natureza ou o que quer que seja.

Recentemente, na lista de discussão eletrônica da Federação de Esportes de Montanha do Estado do Rio de Janeiro (FEMERJ), travou-se um debate acerca do melhor termo a ser empregado na definição desses esportes. A polêmica surgiu diante de um convite para a participação em uma feira de exposição dedicada aos “esportes radicais”. A data desse evento coincidiria com a abertura da temporada de montanhismo, um evento tradicional no Rio de Janeiro, realizado com um grande encontro entre todos os clubes da

cidade (DIAS; ALVES JUNIOR, 2005). A partir daí, várias pessoas se manifestaram a respeito da conveniência ou inconveniência dos montanhistas aderirem a um evento que classificava tais esportes dessa maneira. Um esportista se expressou da seguinte forma: “Montanhistas e escaladores não gostam do termo ‘Esporte Radical’. Não vejo problemas em ter os dois eventos no mesmo dia, pois nunca iria num evento chamado ‘Feira de Esportes Radicais’” (NETO, 2007). Na seqüência, outro praticante ratificou tais posições: “Muitíssimo bem lembrado pelo Waldir, ‘esportes radicais’ soa muito mal no meio do montanhismo. Trata-se primeiro, de uma expressão equivocada pelo próprio significado da palavra radical, e ainda recorre ao perfil ‘mané’ do tipo: ‘aí, mermão, mó radical’” (REQUIÃO, 2007). Esse tipo de entendimento, que perpassa boa parte do universo associativo do montanhismo, foi resumido na declaração de outro praticante:

O termo "esportes radicais" é uma denominação sensacionalista, criada pela mídia não-especializada e desinformada, para o turismo de aventura, que é fortemente rejeitada pelos praticantes sérios de todas estas atividades. O ideal é que vá se adaptando o nome dos eventos sérios, como aparentemente é o caso deste anunciado pelo Christopher, para diferenciá-los do oba-oba, do u-hú (ILHA, 2007a).

Das declarações pode-se depreender que para esses praticantes, a incorporação do montanhismo ao universo dos “esportes radicais” significa sua modulação nos termos da cultura esportiva predominante, isto é, uma competição esportiva como outra qualquer, com vencedores e perdedores, prêmios e recordes. Em última análise, esse processo corresponde a um esforço de adequação dessa subcultura esportiva particular aos mecanismos modernos de comercialização em massa, promovidos, sobretudo, através do espetáculo televisivo. Tal perspectiva contraria boa parte das tradições do montanhismo, que fundadas sob a égide dos ideais amadorísticos, faz com que a possibilidade de lucro através do esporte seja avaliada

de maneira negativa, como algo pernicioso. Uma expressão concreta dessas convicções é encontrada nas polêmicas em torno da figura do montanhista profissional, aquele que obtém lucro através da sua prática esportiva. Escaladoras como Steph Davis, que tem patrocínio para realizar viagens e expedições, chegam até mesmo a serem chamadas, pejorativamente, de “vendidas”.

Ela é paga para viajar pelo mundo fazendo aquilo que adora: treinar, escalar e ocasionalmente dar uma força à Patagônia no desenvolvimento e planejamento de produtos. Só tem um probleminha. Desde que se juntou à Patagônia, ela teve que se reconciliar com sua crença de que a escalada, além de ser uma “trilha pura de alegria espiritual”, é também um negócio. “Para ser um atleta profissional, é preciso se vender e convencer todo mundo que você é demais” [...] Nem todos do mundo das rochas acreditam em sua humildade. Alguns reclamam que ela só sabe se autopromover e não tem habilidade para fazer valer a sua palavra. “Não dá nem para mencionar o nome dela na presença de Beth Rodden” [...] Outros apontam essa negatividade como pura inveja. “Os profissionais podem ser alvos fáceis”, explica Jimmy Chin, um fotógrafo de aventura que escalou com Stephen a torre Tahir, no Paquistão, em 2000. “Escaladores falam merda sobre os colegas o tempo todo, mas é possível contrabalancear a exposição com a escalada e preservar a alma mesmo trabalhando para uma empresa”. Pelo menos por enquanto, Stephen concorda. “Eu mesmo tenho sentimentos negativos a respeito do marketing, mas esse é o meu trabalho e minha vida, e eu adoro” (GO OUTSIDE, 2006, p. 132).

É daí, provavelmente, a recusa na adoção do conceito de esporte radical por parte de alguns esportistas, que julgam tal empreendimento como “uma denominação sensacionalista, criada pela mídia”. No limite, o conceito representa todo um universo de crenças e valores (competição, regulamentação, comercialização e etc.) que contraria as convicções hegemônicas estabelecidas entre a comunidade do montanhismo.

Em geral, não apenas essa modalidade, como outras praticadas em contato com a natureza, manterá certa preocupação em garantir o menor nível possível de regulamentação. Provavelmente, isto está ligado ao contexto histórico que impulsionou o hábito de “visitar a natureza”, onde o espaço selvagem sempre fora concebida como o reino da liberdade, o

lugar que garante ao homem da cidade viver uma “experiência autêntica”. Nesse quadro, veremos com certa constância preocupações quanto à maneira de se retratar publicamente esses esportes, que é a preocupação em se manter o baixo nível de regulamentação, ou seja, a preocupação em não permitir que no espaço da “experiência autêntica” não se reproduza o mesmo mecanismo e procedimento de controle do mundo da civilização, quase sempre avaliados como decadentes. Desse modo, não surpreende que tais dinâmicas se manifestem em outras modalidades praticadas na natureza.

Em resposta a uma reportagem publicada na revista *Veja* (2003,n.28,16 jul.) sobre os esportes de aventura, que havia caracterizado o mergulho como uma atividade altamente arriscada e perigosa, praticantes se manifestaram através da seção de cartas da edição seguinte em tom mais ou menos indignado. Um deles escrevera: “o mergulho autônomo recreacional é tão seguro que hoje é realizado até por portadores de limitação física” (GONÇALVEZ, 2003). Outro, no mesmo sentido, dissera que “o mergulho recreativo, turístico e de lazer é muito mais seguro que andar a noite nas grandes cidades de nosso país ou guiar nas estradas brasileiras” (TRINDADE, n.29,p.24-25). Em seguida continua:

Riscos existem, e em todo o treinamento competente o mergulhador é informado a esse respeito. O fator decisivo para minimizar riscos depende do próprio mergulhador, da sua atitude e experiência. As estatísticas comprovam que os riscos na atividade de mergulho recreativos são os mesmos que no boliche. A tabela comparativa da US National Safety Council Accidents Facts, 1991, aponta que para 2,6 milhões de praticantes houve 1044 lesões, atestando uma incidência de 0,04%. Assim sendo, no quesito acidente, fica o mergulho abaixo do basquete, do futebol, do tênis e até mesmo da natação!

Mesmo entre esportes mais tradicionalmente identificados como “radicais”, como é o caso do skate, por exemplo, existe quem pondera essa classificação. No documentário *Ultimate-X*, que mostra os bastidores dos VII X-Games, o comentarista Jason Ellis, numa

tentativa de caracterizar quem são os “atletas radicais”, mostra-se um tanto hesitante com relação à vinculação desses esportes a certas expressões. No seu dizer: “os esportes radicais são atletas que... não quero usar a palavra extremo porque odeio essa palavra”.

Todas essas declarações, que visam desvincular essas atividades das representações de incoseqüência, destacando sua segurança ou o seu “risco calculado”, evidenciam apenas a preocupação em se manter afastados quaisquer impulsos de regulamentação. Isto é, pretende-se manter acesa a chama da liberdade, da espontaneidade e da possibilidade de transgressão, que supostamente permeia essas práticas. Pretende-se mesmo manter esses esportes, alheio ao mundo da burocratização institucional, algo que, na prática, é muito mais idealizado do que real.

O curioso é que, apesar dessas intenções e desses comentários, a exposição voluntária ao risco parece ser o que há de mais atraente nestes esportes para quem os procura. Em relatos de praticantes pode-se ver constantemente a exaltação desses sentidos de aventura, onde é a própria noção de risco e de incerteza que se apresenta como o maior atrativo. Um pára-quedista afirma que: “quando a porta do avião abriu e olhei para baixo, gelei. Mas respirei fundo e joguei-me no ar. Ainda sinto muito medo. Se não sentisse, não teria a menor graça” (VEJA, 2003, p. 73). Um escalador, no mesmo sentido, declara: “Eu sentia que tinha de haver um elemento de risco, tinha de ser difícil” (*apud.* KRAKAUER, 1999, p. 41). Outro relata que “a aventura é um dos componentes mais importantes da escalada e dos outros esportes ditos... de aventura! A aventura, para mim, é o componente mais importante da escalada e do montanhismo de uma forma geral, e se não fosse por ela

eu nem escalaria mais, pois não estou atrás de graus, pódios, patrocinadores, dinheiro...”

(ILHA, 2007b). De maneira igualmente ilustrativa Krakauer (2006, p.267-272) expõe:

Eu sempre soube que escalar montanhas era uma atividade de alto risco. Eu aceitava que o perigo era um componente essencial do jogo – sem ele, escalar seria o mesmo que uma centena de outras diversões corriqueiras. Era emocionante confrontar o enigma da mortalidade, dar uma espiada de leve em suas fronteiras proibitivas. Eu de fato acreditava que o alpinismo era uma atividade magnífica, justamente pelos perigos inerentes ao esporte e não apesar deles [...] Escalar montanhas jamais será um empreendimento seguro, previsível e regido por regras rígidas. Trata-se de uma atitude que idealiza os riscos; as figuras mais celebradas do esporte são sempre aquelas que mais arriscam seu pescoço e saem vencedoras. Os alpinistas, como uma espécie, não são dotados de um excesso de prudência.

A permanência em acampamentos, por vezes precários, a possibilidade de tempestades e outras condições meteorológicas incertas, oferece os elementos mais valorizados e que fazem desses esportes algo tão atraente. Nota-se uma espécie de pré-dileção e gosto por situações de risco, da onde, inclusive, se extrai sensações prazerosas. Segundo David Le Breton (2006, p.96), “os mais jovens, interrogados sobre sua paixão por essas atividades, evocam uma procura por adrenalina”.

Nesse caso, é a dimensão da **procura** que parece central, pois sua condição de lazer de risco está associada à motivação dos seus praticantes, que buscam nessas práticas, exatamente, a possibilidade de vivências emocionais diferenciadas, sobretudo aquelas vertiginosas, de inversões corporais e outras acrobacias. Trata-se, em suma, de uma disposição, uma tendência comportamental caracterizada por uma certa inclinação à experimentação da sensação de perigo.

Mark Stranger (1999), a partir de entrevistas realizadas junto a surfistas australianos, aponta para a busca da emoção proveniente de situações de risco como um dos principais

elementos impulsionadores para a adesão ao surfe. Segundo o autor, é a presença do aspecto risco que dota tais atividades com um caráter transcendental, fazendo-as assumir grande centralidade na vida dos seus praticantes. Segundo ele, 81% dos entrevistados indicaram a emoção como o ingrediente que mais os atraía no surfe.

Alguns estudos de outra natureza, já demonstraram que a taxa de lesões entre surfistas competidores é inferior as ocorridas entre jogadores amadores de futebol ou de basquete (NATHASON, 2007), apesar do imaginário popular ver nesta prática um esporte potencialmente perigoso. São dados que reiteram a dimensão simbólica (ou motivacional) que a exposição ao risco assume nessas atividades. “Geralmente, nessas atividades, o risco é um simulacro, brinca-se mais com sua idéia do que com suas mordidas. Alguns, caso aconteça um ínfimo acidente, procuram a justiça e se voltam contra os organizadores. Deseja-se o risco, mas sem o risco” (LE BRETON, 2006, p. 96).

Aqui já não importa tanto discutir a aparente contradição nas declarações dos praticantes, que em geral, rejeitam a noção de esportes radicais por evocar a idéia de perigo iminente (o que representa, potencialmente, a possibilidade de aumento das regulamentações e dos mecanismos de controle), mas, ao mesmo tempo, reiteram seu sentido de risco, calculado. Já não importa tanto saber se as atividades praticadas são ou não de fato perigosas. Importa, isso sim, destacar que a exposição ao risco é idealizada, apresentando-se como um dos elementos simbólicos principais.

Nesse ponto, para retomarmos a questão da conceituação e a observação das categorias nativas, devemos nos perguntar: se as categorias empregadas pelos praticantes

para descrever essas atividades, bem como suas avaliações a esse respeito, foram apontadas como elementos importantes para a penetração num universo cultural que a princípio os cientistas sociais querem desvelar, porque não chamá-los então “esportes de aventura”, já que as motivações para estas atividades parecem estar tão fortemente marcadas pelos símbolos de risco?

Porque, ao que tudo indica, essas dimensões estarão sempre colocadas em interface à possibilidade de contato com a natureza. Por exemplo, analisando as principais categorias relacionadas ao surfe, Rebeca Coelho (2004, p.5) conclui que “o encontro corporal do surfista com os elementos da natureza favorece o jogo da audácia e do risco, testando limites, adquirindo a confiança necessária para surfar ‘grandes ondas’, juntamente com o prazer e a satisfação de ter realizado a prática perfeita”.

As declarações de um montanhista, vinculada em um dos seus textos, também expressa com clareza um entendimento nesse sentido.

Os dois elementos básicos motivadores do fascínio que tais esportes exercem sobre seus praticantes: a incerteza e o risco calculado. Com efeito, o que um escalador, um parapentista ou um surfista procuram é enfrentar os desafios naturais tais como eles se apresentam, colocando corpo e mente para trabalhar em harmonia de forma a superarem os seus limites pessoais e, se bem-sucedidos, desfrutar a satisfação única proporcionada por sua performance. Em contrapartida, ao lidar com a natureza em seus próprios termos, estes esportistas, assim como aqueles de tantas outras modalidades congêneres, estão dispostos a aceitar eventuais fracassos e a correr o risco de acidentes graves, até mesmo fatais, pois é precisamente na incerteza e no risco (minimizadas por técnicas e equipamentos cada vez mais sofisticados) que reside à aventura – esta faceta indômita da psiquê humana que as facilidades da vida moderna procuram eliminar, mas que permanece como uma necessidade primordial para tantos de nós (ILHA, 2007c).

Na mesma lista de mensagens eletrônicas do montanhismo já mencionada, e inserindo-se no debate sobre a presença ou ausência do risco e da aventura no montanhismo, um esportista escreveu:

Eu acho que o montanhismo tem um pouco disso sim, pois mesmo com todo planejamento que você possa imaginar em fazer e mesmo com sua excelente técnica, sempre tem uma porcentagem de acontecer alguma situação que pode expor você a um risco, isso é muito inerente ao local onde praticamos nosso esporte, um local ao ar livre sempre exposto às intempéries da mãe natureza (CASTRO, 2007).

A aventura e o risco que se procura, realiza-se no enfrentamento dos desafios naturais tais como eles se apresentam. O risco de acidentes graves é uma possibilidade decorrente do ato de lidar com a natureza nos seus próprios termos. A possibilidade de exposição ao risco é inerente ao local onde se pratica tais esportes, um local ao ar livre, sempre exposto as intempéries da mãe natureza. Enfim, a audácia e a aventura são favorecidas pelo encontro corporal do esportista como os elementos da natureza. É, fundamentalmente, a partir desse contato que os outros simbolismos dramatizados nessas atividades, como o de “aventura”, o de “radicalidade” e etc, vão realizar-se. Nas palavras de Cláudio Consolo (2003, p.24), presidente da Associação Brasileira de Parapente, “entendemos que a interação com a natureza proporcionada pelas práticas esportivas de aventura é o elo que unem todos os ‘radicais’ a seus esportes”. A relação com a natureza pode mesmo ser vista como um dos elos fundamentais na caracterização dessas práticas.

Os elementos naturais não servem apenas de palco para a prática esportiva; não são apenas figurantes ou um suporte da aventura; é ela própria, a natureza, quem vai determinar todos os acontecimentos esportivos. O caso do surfê parece-nos um bom exemplo para ilustrar esta situação: o surfista ao identificar a formação de uma onda que lhe parece adequada para suas manobras posiciona-se em condições que lhe permita aproveitar o impulso da onda e no momento certo inicia a remada até o momento em que a onda – o elemento da natureza – o empurra em velocidade, sendo seu esforço propulsor já desnecessário. Agora é a onda que vai lhe guiar; são as forças da natureza

que vão lhe empurrar. Esta característica funcional é, muito provavelmente, a responsável pela criação de um imaginário que associa tais práticas esportivas aos discursos de preservação ambiental, que estabelecem uma ‘relação subjetiva do esportista com a natureza’ (DIAS; ALVES JUNIOR, 2006b, p. 330).

A própria forma como esses esportes costumam ser retratados dá conta de ilustrar a vinculação dos seus imaginários esportivos a um discurso fundado sob novas sensibilidades diante da natureza, onde não é raro vê-los sendo retratados como práticas que permitem aos seus adeptos intensa comunhão com a natureza. .

Na apresentação do filme “Surf Adventures”, por exemplo, diz-se que a “magia do surf reúne atletas unidos pelo fascínio das ondas, pela busca da liberdade e pela integração com a natureza”. As maneiras pelas quais algumas revistas especializadas costumam apresentar o esporte também costumam estabelecer relações com temas como natureza e ecologia. Segundo Rafael Fortes (2006, p.3), que analisou as edições de aniversário da revista Fluir, “o debate sobre natureza, preservação ambiental e ecologia é recorrente na trajetória da revista, sendo comum encontrar, em suas páginas, expressões como ‘consciência ecológica’, ‘preservação’ e ‘poluição’.

Entre alguns desses grupos de esportistas tem-se organizado recorrentemente mobilizações e iniciativas de caráter preservacionista. Barbara Humberstone (2006) menciona o caso de windsurfistas do Reino Unido que criaram a “Surfers Against Sewerage”, grupo ambientalista que condena o despejo de lixo nos oceanos. Surfistas também idealizaram uma organização ambientalista internacional dedicada à preservação dos oceanos: a Surfrider Foundation, que atua ativamente em vários países do mundo. Uma das suas ações tem sido o “Crystal Surf Day”, um mutirão de limpeza programada para

acontecer sempre no último sábado de verão no hemisfério norte, com o objetivo de tentar devolver as praias ao seu estado natural após a temporada de calor. No Brasil, a “Surfrider Foundation Brasil” tem organizado nos últimos anos o “Clean Up Day”, o dia mundial de limpeza das praias. Além disso, em parceria com a “Associação de Surfistas e Amigos de Grumari”, no Rio de Janeiro, a organização, cujos membros são quase todos surfistas, já realizou inúmeras outras ações mais pontuais, como colocar placas educativas nas praias ou plantar árvores. De maneira mais profunda cita-se o episódio em que surfistas se mobilizaram para impedir a construção de edifícios num trecho da orla carioca. A ação, que comprou o trecho que seria utilizado para as construções, conseguiu transforma-lo em área de preservação ambiental, que, entre outras coisas, abriga atualmente a sede da “Associação de Surfistas e Amigos da Prainha”. Tudo isso para não mencionar as manifestações mais espontâneas para denunciar a poluição das praias e exigir medidas do poder público (O GLOBO, 2005, p.16).

Montanhistas também são bastante engajados em iniciativas desse tipo. Em 1986, por exemplo, um trabalho de mutirão entre os clubes de montanhismo do Rio de Janeiro realizou uma limpeza na Pedra da Gávea. A quantidade de lixo recolhido era tão grande que se utilizou um helicóptero para retirar o lixo recolhido (FARIA, 2006). Em 1989, escaladores mineiros e cariocas uniram forças para impedir a atuação de uma mineradora no Morro da Pedreira, um maciço de mármore nas imediações do Parque Nacional da Serra do Cipó, em Minas Gerais. A mobilização - que viajou a Brasília e chegou a se encontrar com o presidente do Ibama - se auto-intitidou movimento Pró Morro da Pedreira. O movimento,

que conseguiu a criação da “Área de Proteção Ambiental do Morro da Pedreira”, teve ainda como desdobramentos a criação do Grupo Ação Ecológica (GAE), uma organização não-governamental dedicada a ações ambientalistas e formada, basicamente, por montanhistas. Sua reunião de fundação foi realizada, inclusive, na sede do Centro Excursionista Guanabara, no Rio de Janeiro. Até os dias de hoje montanhistas continuam, através do GAE, realizando protestos e outras ações pró-ativas (CLUBE EXCURSIONISTA LIGHT, 2000; CLUBE EXCURSIONISTA CARIOCA, 2000).

Tudo isso fortalece uma imagem pública que promove esses praticantes e suas instituições como adeptos de todo um corolário de idéias e práticas ambientalistas, estreitando as relações simbólicas entre essas duas atividades, o esporte e o ecologismo, isto é, a sensibilidade à natureza.

Dias e Alves Junior (2005, p.14), comentando a postura das instituições do montanhismo carioca, afirmam que “dentre os praticantes predomina um pacto ecológico, ao menos oficialmente, ou seja, é essa a postura das associações, que em todo momento faziam lembrar que no montanhismo reside um ideal de sensibilidade ecológica”.

Exprimindo e decodificando as representações mais gerais, mas nesse mesmo sentido, podemos citar a passagem de um texto do livro do cantor Gabriel o pensador (CONTINO, 2001, p. 73), que falando sobre sua própria relação com o surfê, diz:

Não consigo pensar em algo que se compare ao contato íntimo e desinibido que o surfista tem com a natureza. Talvez por isso, pela intensidade e pela magia desse contato, e pela necessidade constante de desfrutá-lo, aquele que descobre os prazeres do surfê assina um contrato consigo mesmo e com o universo comprometendo-se a preservá-lo.

A força dessas representações é tamanha que uma operadora de telefonia móvel já chegou a se valer delas para usar o surfe como veículo de propaganda. A campanha publicitária exibia filmes de um minuto onde surfistas falavam sobre sua relação com a natureza. Num deles Kelly Slater dizia que “surfar pra mim, espiritualmente, é a maneira de eu descobrir se estou ligado com o mundo”. Em outro, Arduíno Collasanti, um dos pioneiros do surfe no Rio de Janeiro, de maneira ainda mais emblemática, declarava:

O entrosamento com a natureza te dá um entendimento do tempo. Você esperar uma onda vinte minutos pode valer a pena: ter uma paz do mar, da eternidade das ondas, das ondas que vão continuar batendo depois que a humanidade acabar. Você desfruta da percepção, do conhecimento, das ondas, do vento, da lua. A maioria das pessoas não pensa em que lua estamos agora. Eu sei.

Temos um conjunto de exemplos que expressam com clareza os valores comumente atribuídos a estes esportes. O resultado é que o imaginário popular vê nesses esportistas pessoas capazes de se fundirem com as forças da natureza. A partir daí, já é possível depreender elementos que permitam o esboçar de alguma formulação conceitual mais explícita. Minha sugestão aqui vai ao sentido de chama-los, simplesmente de esportes na natureza. Pois a modulação desse comportamento esportivo é fortemente marcada por tais imaginários de retorno à natureza, onde sua descrição por intermédio do adjetivo “na natureza” não significa o abandono de outras características tão presentes nessas atividades, como é o caso dos aspectos de aventura e de risco. Isto porque na cosmologia Ocidental as representações de natureza sempre tenderam a evocar o sentido daquilo que não se submete ao julgo da cultura, compreendida aqui no seu sentido mais direto, qual seja, como a capacidade humana de intervir na natureza. Desse modo, a natureza é aquilo que o homem

ainda não conseguiu dominar ou controlar e, portanto, encarna um mundo desconhecido e assustador. Em outras palavras, nessa cosmologia, que é a nossa, natureza pressupõe descontrole, imprevisibilidade, risco, enfim, aventura. O contato com a natureza portanto, se realiza quase sempre com um certo sentido de aventura, onde, em função de tais representações, enfatizar tais dimensões na sua conceituação seria muito mais um pleonasma.

Considerações Finais

Mais do que simplesmente tentar justificar a adoção deste ou daquele conceito, interessa aqui se certificar de que há algum nexos em tratar esportes distintos sob uma mesma rubrica. Uma das justificativas nesse sentido vai de encontro às proposições de Pierre Bourdieu (1990, p. 208). Nas suas palavras:

Para que uma sociologia do esporte possa se constituir, é preciso primeiro perceber que não se pode analisar um esporte particular independentemente do conjunto das práticas esportivas; é preciso pensar o conjunto das práticas esportivas como um sistema no qual cada elemento recebe seu valor distintivo. Em outros termos, para compreender um esporte, qualquer que seja ele, é preciso reconhecer a posição que ele ocupa no espaço dos esportes.

Sob esta perspectiva, não faria muito sentido tentar analisar cada um dos esportes desenvolvidos em contato com a natureza de maneira isolada e circunscrita. O hábito moderno de buscar a natureza para a prática esportiva é um fenômeno histórico amplo e abrangente capaz de unificar uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, como o são as muitas modalidades realizadas na natureza, tais como surfe, montanhismo e etc. Na verdade, cada um desses esportes responde a um mesmo conjunto

de demandas colocadas pelas mesmas circunstâncias históricas gerais, da onde seria correto compreender que há entre eles alguma “unidade comum”. Expressar essa unidade é o que se pretende com o conceito de esportes na natureza.

Grosso modo, ao falarmos do conceito de esportes na natureza estamos falando então de um conjunto de modalidades cuja posição dentro do espaço esportivo mais geral corresponde a um jogo regulamentado realizado na natureza e assentado na proeza física, em que níveis variáveis de seriedade e ludicidade, cooperação e competição, amadorismo e profissionalismo, sensibilidade e insensibilidade ecológica, intervêm simultaneamente, variando de acordo com a especificidade da atividade, mas sem nunca escapar a esse esquema geral. Tal definição diz respeito, portanto, ao fenômeno social mais geral e não se restringe a técnica corporal.

Reunir diferentes modalidades sob um mesmo conceito implica uma concepção mais aberta e inclusiva; a opção – entre tantas possíveis – por um caminho mais largo e abrangente, que tem por vantagem permitir observar simultaneamente grande variedade de práticas e experiências esportivas. Já anunciei rapidamente as razões para essa opção: o entendimento de que de esses esportes respondem a um mesmo impulso histórico. Muitos desses esportes são combinações de técnicas esportivas, influenciando-se mutuamente. Não por acaso, é comum vermos praticantes de uma modalidade migrarem para uma outra ou simplesmente praticarem várias delas ao mesmo tempo. Têm-se escaladores que se tornam voadores de asa delta, surfistas que se tornam escaladores, voadores de asa delta que são também surfistas e assim por diante. Assim, um dos principais divulgadores do kitesurfê,

Robby Naish, é também visto como uma lenda viva do windsurfê. À francesa Isabelle Patissier, tida como uma das melhores escaladoras de rocha do mundo, é também assídua praticante do *bungee jumping*. Yvon Chouinard, um dos montanhistas americanos mais celebrados e que exerceu grande influência nos rumos internacionais do esporte, também se declara publicamente um surfista e um caiaquista aficionado. No Rio de Janeiro, no fim dos anos 70, muitos escaladores deixaram o montanhismo para se dedicarem à prática da asa delta. Também havia voadores de asa delta, como era o caso do campeão mundial Pepê, que se dedicavam regularmente ao surfê – a ponto de um trecho da praia da Barra da Tijuca receber atualmente seu nome: praia do Pepê .

Emblematicamente, Ricardo Valente – personagem principal no filme *Menino do Rio* (1981), de Antônio Calmon – tem no surfê “e” na asa delta os dois elementos principais na constituição da sua identidade. O personagem, interpretado por André de Biase, representa uma geração de jovens de classe média (onde o pai do personagem é um empresário bem sucedido) que pretendia desfrutar livremente os prazeres da vida através da fruição da natureza e da prática esportiva.

Referindo-se, especificamente, aos esportes de prancha, Ricardo Bocão (2007, p.154), colunista de a revista *Fluir* e sócio-proprietário do *Woohoo*, o primeiro canal de TV da América Latina a se dedicar totalmente aos “esportes de ação”, diz que:

Talvez por essa característica de multi-prática, esses esportes, com forte filosofia de vida por trás de alguns deles, se tornaram primos ou até irmãos. Os praticantes dessas atividades têm afinidades enormes quanto ao estilo de vida, modo de pensar, jeito de se vestir, tipo de música, à maneira como encaram o meio-ambiente, etc [...].

Por tudo, não parece exagerado pretender tratá-los de maneira convergente sob a noção de esportes na natureza. E em que pese à precariedade dessa sugestão conceitual, devemos considerar que a abundância de conceitos ou mesmo a ausência de definições, pode gerar muito mais inconveniente do que a provisoriedade das formulações. Em primeiro lugar porque a constituição de um campo científico ao redor de qualquer objeto de investigação requer, antes de tudo, alguns acordos por parte dos seus partícipes. Em outras palavras, é preciso que nos certifiquemos, minimamente, que estejamos trabalhando, de fato, sob uma mesma categoria de análise. Além disso, a opção em usar tal ou qual termo não é gratuita. Esta opção, ao contrário, traz consigo todo um entendimento teórico que implica, obrigatoriamente, tal ou qual compreensão acerca do objeto que se investiga.

Um conceito é uma palavra complexa, com uma cadeia de significados associados e que pressupõe uma ou várias teorias. Logo, falar de conceitos nesse caso é falar das possibilidades de edificarmos composições teóricas capazes de explicar a busca da natureza para o lazer e para a prática esportiva, ou, para dizer de outro modo, das possibilidades de se construir um conjunto de enunciados teóricos ou modelos explicativos que balizem estudos científicos sobre o lazer esportivo na natureza. Nesse caso, valendo-se das palavras de Foucault (1999, p.120), “conhecimento e linguagem estão estreitamente entrecruzados”, onde “saber é falar como se deve”.

Nesses termos, edificar um estatuto de cientificidade implica, antes de tudo, construir uma expressão que seja capaz de conter de forma sintetizada e abstrata uma teoria. Um conceito relaciona-se sempre àquilo que se quer compreender, serve para “ter clareza acerca

daquilo que se quer falar”. Mais do que isso, um conceito torna a realidade que se quer compreender acessível. Nesse sentido, o processo de teorização conduz-nos sempre a questão dos conceitos. Formular um conceito em termos lingüísticos é habilitar-se a pensar a partir dele uma realidade histórica. “Todo conceito é não apenas efetivo enquanto fenômeno lingüístico; ele é também imediatamente indicativo de algo que se situa para além da língua [...] a partir de um fato lingüístico, posso atuar sobre a realidade de forma concreta” (KOSELLECK, 1992, p.136).

As multiplicidades e divergências, tanto entre os praticantes, quanto entre os acadêmicos, remetem as disputas que toda estrutura semântica / lingüística está submetida. Parafraseando os comentários de Roger Chartier (1990, p.31) sobre as disputas conceituais no campo da História, pode-se dizer: “a incerteza e a dispersão do vocabulário de designação remetem, sem sombra de dúvida, para essas lutas intradisciplinares ou interdisciplinares cujas configurações são próprias de campo de forças intelectuais e onde o que está em jogo é uma posição de hegemonia que é, antes de qualquer coisa, a hegemonia de um léxico”. Em outras palavras, existe uma luta pela legitimação de formas de classificações conceituais. E é claro que mesmo aqueles contrários a qualquer padronização conceitual, e que o fazem em nome de uma pseudo “riqueza de significados”, também participam dessas disputas, que são inerentes a qualquer campo intelectual. Mas isto não significa que não há nenhum nível de objetividade nas operações conceituais. O próprio Chartier (1990, p.16) faz algumas ponderações a esse respeito. Segundo ele,

[...] dizer isto não é reduzir os debates intelectuais à mera condição de aparentes confrontos de poder (entre escolas, entre disciplinas ou entre tradições nacionais), nem pensar que tal análise permite, a quem a faz, escapar às determinações do campo em que se encontra. Trata-se de outra coisa, que é o dever de pensar as divergências

surgidas no nosso mundo acadêmico ou as evoluções das disciplinas que são as nossas, situando-as no espaço social que é o seu.

Por fim, gostaria de dizer que não desconheço os limites do que foi ensaiado aqui. O esforço que apresentei acima de conceituação e de definição dos esportes na natureza pode mesmo ser visto como um esboço um tanto rudimentar de uma tarefa que deve ser aprimorada, reformulada, descartada, enfim, discutida. Evidentemente, por conta disso, também reconheço a possibilidade de que esse trabalho não tenha sido capaz de arrematar algumas das questões que ele próprio colocou. Mas no estágio atual, a vinculação dessas idéias não deixa de ter sua pertinência, à medida que o objetivo último deste trabalho fora muito mais o de tentar abrir o debate a respeito dessa problemática e tentar chamar a atenção para a necessidade de debatê-las mais cuidadosamente. Certamente, essa construção conceitual, refere-se a um trabalho a ser feito a muitas mãos e eu não teria a pretensão de esgotá-lo num breve artigo como esse.

Referências e fontes

BOCÃO, Ricardo. O surf é o pai de todos os esportes de prancha. *Fluir*, v. 24, n. 5, p. 154, maio 2007.

BOURDIEU, Pierre. Programa para uma sociologia do esporte. In: _____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p.207-220.

_____. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1996.

LE BRETON, David. Risco e lazer na natureza. In: MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloísa. *Viagens, lazer e esporte: o espaço da natureza*. Barueri: Manole, 2006. p. 94 - 116.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: UNESP, 2002.

CASTRO, Hugo. *Radical é o futebol*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por femerj@yahoo grupos.com.br em 23 fev. 2007.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CLUBE EXCURSIONISTA CARIOCA. *Informativo*. v. 54, n.9, nov. 2000, p. 5.

CLUBE EXCURSIONISTA LIGHT. *Boletim informativo*. v. 43, n. 356, nov. / dez., 2000, p.1.

COELHO, Rebeca. *A estética do surfe*. Monografia (Graduação em Educação Física)- Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2004.

CONTINO, Gabriel. *Diário noturno*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001

CONSOLO, Cláudio. Cartas. In: *VEJA*, v. 36, n. 29, p. 24, jul. 2003.

DIAS, Cleber; ALVES JÚNIOR, Edmundo. Abertura da temporada 2005 de montanhismo no Rio de Janeiro: notas etnográficas. *Arquivos em movimento*, v. 2, n. 1, 2005. Disponível em: <http://www.eefd.uff.br/revista/>.

_____. Conceptual notes regarding the sports in nature. *The FIEP bulletin*, v. 76, p. 141-144, 2006a.

_____. Caracterização conceitual dos esportes na natureza. In: SEMINÁRIO O LAZER EM DEBATE, 7., 2006, Belo Horizonte. *Coletânea...* Belo Horizonte: UFMG, 200. p. 329-338.

DIAS, Cleber; MELO, Victor; ALVES JUNIOR, Edmundo. Os estudos dos esportes na natureza: desafios teóricos e conceituais. 2006. Mimeografado.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FARIA, Antônio Paulo. *Montanhismo brasileiro: paixão e aventura*. Rio de Janeiro: Montanhar, 2006.

FORTES, Rafael. Entre passado, presente e futuro: a memória nas edições comemorativas da revista Fluir. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 12, 2006, Rio de Janeiro. *Anais...* Disponível em: <http://www.uff.br/ichf/anpuhrio/anais/2006/indice2006.htm>.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREUD, S. *Totem e tabu e outros trabalhos (1913-1914)*. Rio de Janeiro: Imago, v.13, 2006.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: ETC, 1989.

O GLOBO. *Surfistas protestam contra esgoto em São Conrado*. Rio de Janeiro, 07 de março de 2005, p. 16.

GO OUTSIDE. *A dama das rochas*. ed. 19, Dez. 2006.

GONÇALVEZ, Jorge Luiz. Cartas. In: *VEJA*, v. 36, n. 29, p. 24, jul. 2003.

GUZMÁN, Kiko León; BOYERO, Parra. Nuevas tendencias deportivas: deportes de sliz. *Lecturas*. Buenos Aires, v. 6, n. 30, fev. 2001. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/>>.

HUMBERSTONE, Bárbara. Recriação e conexões na – e com a – natureza: sintetizando a praxe e os discursos ecológicos e feministas. In: MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloísa. *Viagens, lazer e esporte: o espaço da natureza*. Barueri: Manole, 2006. p. 74 – 93.

ILHA, André. *Re: Aventureiros sim, ainda bem*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por femerj@yahoogrupos.com.br em 12 jan. 2007a.

_____. *Re: Radical é o futebol*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por femerj@yahoogrupos.com.br em 23 fev. 2007b.

_____. *Leis de mais, aventuras de menos. Agência Carta Maior*, 04 de março de 2007c. Disponível em: <http://www.agenciacartamaior.uol.com.br>.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. p. 134-146.

KRAKAUER, Jon. *Sobre homens e montanhas*. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

_____. *No ar rarefeito*. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

LAURO, Flavio; DANUCALOV, Marcello. O elemento aventura no meio universitário: a formação acadêmica pelos esportes de prancha. In: UVINHA, Ricardo. *Turismo de aventura: reflexões e tendências*. São Paulo: Aleph, 2005. p. 103 – 136.

MARQUES, M. H. D. *Iniciação à semântica*. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

MENINO do Rio. Direção: Antônio Calmon. Rio de Janeiro: LC Barreto / Embrafilme /Filmes do Triângulo, 1981. 1 DVD (104 min.), son., color.

NATHASON, Andrew *et al.* Competitive surfing injuries. A prospective study of surfing-related injuries among contestes surfers. *The American Journal of Sports Medicine* v. 35, p. 113-117, jan. 2007.

NETO, Waldir. *Re: Abertura da Temporada 2007* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por femerj@yahoo grupos.com.br em 11 jan. 2007.

PESAVENTO, S. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano.* 2.ed. Porto Alegre:EdUFRGS, 2002.

POCIELLO Christian. *Sports et sciences sociales.* Paris: Vigot, 1999.

REQUIÃO, Cristiano. *Re: Abertura da Temporada 2007* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por femerj@yahoo grupos.com.br em 11 jan. 2007.

ROSZAK, Theodore. *A contracultura.* 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1972.

STRANGER, Mark. The aesthetics of risk: a study of surfing. *Internacional Review for the sociology of sport.* London, v. 34, n. 3, p. 265 – 276. 1999.

SYDNOR, Synthia; RINEHART, Robert E (Ed.). *To the extreme: alternative sports, inside and out.* State University of New York Press, 2003.

TRINDADE, Roberto. *Cartas.* In: VEJA, 23 de julho de 2003, ed. 1812, ano 36, n. 29, p. 24-25.

UVINHA, R. R. Esportes radicais e turismo: análise conceitual. In: TRIGO, L. G.G. (Ed.). *Análises regionais e globais do turismo brasileiro.* São Paulo: Roca, 2005, p. 437-447.

VEJA. *Prazer e perigo.* ed. 1.811, ano 36, n. 28, 16 de julho de 2003.

Endereço do Autor:

Cleber Augusto Gonçalves Dias
Rua Otávio de Souza, lote 12, quadra D, casa 1,
Campo Grande, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 23087 – 030.
Endereço Eletrônico: cag.dias@bol.com.br